



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

Desigualdades Raciais: Um Panorama do Mercado de Trabalho no Brasil

Marcia Leite Borges*

Resumo: Tecer um panorama das relações raciais existentes no Brasil, não é fácil, principalmente porque durante muito tempo pairou sobre a sociedade brasileira uma visão de que estas eram marcadas pela democracia racial. O presente trabalho busca traçar um panorama das desigualdades raciais no mercado de trabalho do Brasil através do estudo desenvolvido pelo Estudo “*Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*” realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), utilizando alguns dos indicadores analisados: Assistência social; Mercado de trabalho; Trabalho doméstico remunerado; Pobreza, distribuição e desigualdade de renda. Além dessa, serão utilizadas outras referências bibliográficas objetivando embasar os resultados apresentados.

Palavras-chave: desigualdade racial; Preconceito; Mercado de Trabalho

Abstract: Weaving an overview of existing race relations in Brazil, is not easy, mainly because long hovered over Brazilian society a view that these were marked by racial democracy, the present work aimed to give an overview of racial inequality in the labor market Brazil through the study developed by the study "Portrait of Race and Gender Inequalities" conducted by IPEA - Institute of Applied Economic Research (2011), using some of the indicators analyzed: social assistance, labor market, household paid Work, Poverty, distribution and income inequality. Besides this, other references aiming to base the results will be used.

Keywords: Racial Inequality; Prejudice; Labour Market

Introdução

Durante muito tempo se cultivou a ideia de que as relações raciais no Brasil eram pautadas na democracia racial - “um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial e, em certa medida, [...]desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação.” (DOMINGUES, 2005. p.116) tendo brancos e negros as mesmas oportunidades de ascensão.

A democracia racial, no entanto é entendida por muitos como o “racismo à brasileira” (DOMINGUES, 2005), onde o preconceito é camuflado mas se mantém,

*Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.
Email: marcia.borges.bb@hotmail.com

subjugando a população negra. E quando se analisa de forma mais profunda, vê-se o quão distante estamos da igualdade, sendo nossa sociedade marcada pela diferença de oportunidades entre brancos e negros, estando esses últimos em sua grande maioria em condições de pobreza e indigência.

Várias foram as teorias (OSÓRIO chamou de ondas), que tentavam explicar o problema da reprodução das desigualdades raciais no país. A primeira onda (Donald Piersosn foi um dos representantes) “admitia a existência de preconceito contra os negros, só que não racial, mas de classe” (OSÓRIO, 2008). A segunda onda (Oracy Nogueira foi um dos representantes pregava que o “preconceito racial existe e tem uma especificidade – só pode ser entendido à luz da história e particularmente das relações raciais vigentes durante o regime escravista.

A terceira onda, tem como expoentes Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva¹.

Segundo (OSÓRIO, 2008), esses autores defendem:

“que existem barreiras de ordem racial à mobilidade social dos negros; e que a discriminação não dá mostras de estar enfraquecendo, ajudando a perpetuar a desigualdade racial, que por sua vez apresenta grande estabilidade. O desenvolvimento econômico produziu melhorias de bem-estar para a população negra, mas não contribuiu para a diminuição das distâncias entre negros e brancos”. (OSÓRIO, 2008 p. 89)

Atualmente a terceira onda é a mais aceita, argumentando que a redução das desigualdades raciais só é possível com a mobilização política dos negros e ações governamentais específicas.

Diferenciação Racial e Desigualdades Econômica

Os residentes no Brasil que se autodeclaravam negros, em 2010 (censo demográfico) eram de 96.795.294 milhões, o que corresponde a 50,7% da população do país, ou seja, mais da metade da população. A tabela 1, apresenta a população residente no Brasil nos anos 2000 e 2010.

Tabela 1
Brasil: População residente por cor ou raça (2000 e 2010)

	2000	2010

¹ Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva dedicaram suas teses de doutorado, ambas defendidas em 1978, nos Estados Unidos, ao tema das desigualdades raciais no Brasil dos anos 1960/70 (OSÓRIO, 2008)

Branca	91.298.042	91.051.646
Negra ²	75.872.428	96.795.294
Outros ³	2.702.385	2.908.859
	169.872.855	190.755.799

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 2000 e 2010

Observando a Tabela 1, é possível identificar um incremento no total da população negra, e uma redução da população branca comparados os anos de 2000 e 2010. Porém, esse acréscimo no total de população negra em 2010, pode ter sido por consequência, não do aumento da taxa de fecundidade entre a população negra, mas “em função de mudanças políticas e sociais, as pessoas tenham menos temor de assumir a identidade negra. [...] Pode-se dizer que o que está ocorrendo não é que o Brasil esteja tornando se uma nação de negros, mas, sim, que está se assumindo como tal” (SOARES, 2008, p. 116).

Para a população negra “o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada” (IPEA, 2011, p. 26), porém, estes deparam-se com as desigualdades que perduram e se reproduzem, entre brancos e negro.

Isso fica claro, quando é apresentado na Tabela 2 a renda média da população brasileira segundo sexo e cor/raça.

Tabela 2
Brasil: Renda média da população, segundo sexo e cor/raça, 2009.
(Valores em Reais)

Ano	Homens Brancos	Homens Negros	Mulheres Brancas	Mulheres Negras
2003	931,10	428,30	554,60	279,70
2009	1491,00	833,50	957,00	544,40

Fonte: IPEA (2011)

Na tabela acima, se pode verificar que a renda média recebida pelos homens negros corresponde a 55,9% do valor da renda dos homens brancos. E quando comparada a renda das mulheres negras, estas recebem apenas 36,51% do valor médio recebido pelos homens brancos.

Não raro, as disparidades entre as rendas são atribuídas as diferentes qualificações e especialidades. Entretanto, “estereótipos e preconceitos raciais

² Negros: contempla indivíduos preto e pardos.

³ Outros: engloba indivíduos amarelos, indígenas e sem declaração.

continuariam atuantes na sociedade brasileira [...] intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades, assim como influenciando no processo de mobilidade intergeracional, restringindo o lugar social dos negros” (JACCOB, 2008, p. 52).

Outro dado importante, relaciona-se a taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade nos anos de 2003 e 2009, constante na tabela 3.

Tabela 3
Brasil: Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. (%)

Fonte: IPEA (2011;2006),

A partir dos dados é possível observar que as mulheres negras tem o maior percentual de desemprego, tanto no ano de 2003 (16,6%) quanto em 2009 (12,5%), enquanto os homens brancos estão no outro extremo, em ambos os anos, com a menor taxa de desemprego (8,3% e 5,3% respectivamente). Os homens negros também tem uma taxa de desemprego maior (9,9% e 6,6%) que a dos homens brancos.

Em relação ao ano de 2003, o ano de 2009 apresentou redução no percentual de todos os grupos, porém as diferenças entre eles persistem, o que demonstra que as desigualdades vem se mantendo ao longo do tempo.

Porém, um outro dado relevante é que as mulheres, negras, nos dois anos

Ano	Homens Brancos	Homens Negros	Mulheres Brancas	Mulheres Negras
2003	8,3	9,9	13,3	16,6
2009	5,3	6,6	9,2	12,5

apresentam os maiores percentuais de desemprego (16,6% em 2003 e 12,5% em 2009), comparado a qualquer outro grupo, o que leva a refletir sobre a “manifestação da dupla discriminação a que este grupo está submetido, pois, se de um lado, as mulheres negras são excluídas dos ‘melhores’ empregos simplesmente por serem mulheres, de outro elas também são excluídas dos “empregos femininos”, como aqueles que requerem contato com o público, simplesmente por serem negras” (IPEA, 2006).

Quanto as atividades desempenhadas pelas mulheres, em 2009, principalmente as negras, “estavam mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da

mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos)” (IPEA, 2011, p.27).

Desse universo, um percentual de 17,1% das mulheres se dedicavam ao trabalho doméstico remunerado. Mesmo desenvolvendo a mesma atividade, é possível constatar que a situação das mulheres negras é pior que a das brancas. O percentual de trabalhadoras com carteira de trabalho assinada, as mulheres brancas superam as negras sendo respectivamente 29,3% e 24,6% e quanto as domésticas que residem no emprego, as negras tem um percentual maior 3,1% contra 2,1% das brancas.

Entre as mulheres de idade entre 10 e 17 anos ocupadas em trabalho doméstico, ou seja, ainda em idade escolar, as trabalhadoras negras também se apresentam com percentual de 5,6% superior as brancas que é de 4,1%. Mas o grande diferencial entre as mulheres brancas e negras se relaciona a média de salário, enquanto a média de rendimentos das trabalhadoras domésticas brancas era \$421,60, a média correspondente aos rendimentos das mulheres negras era R\$ 364,80.

Considerando os extremos de renda no país (IPEA, 2011), a desigualdade entre raças fica muito mais latente. Enquanto o percentual de participação dos negros entre os 10% mais ricos se resume a 24% desse universo, entre os 10% mais pobres o percentual de participação da população negra é de 72%. Além disso, 76,2% dos domicílios urbanos localizados em favelas são chefiados por negros/as, ao passo que os chefiados por brancos/as resumem-se a 23,8%.

Esse panorama demonstra que ainda persiste a desigualdade entre negros e brancos no Brasil, necessitando de ações governamentais que promovam transferência de renda e auxilie na melhoria da qualidade de vida dos negros. Um exemplo de ação governamental é o Bolsa Família: “um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país” (MDS, 2014).

Segundo o BRASIL (2013), das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, 93% são chefiadas por mulheres, 73% são famílias negras e 68% são chefiadas por mulheres negras. O que confirma que a população negra se mantém como maioria entre os economicamente vulneráveis.

Considerações Finais

A comparação da situação entre brancos e negros no Brasil no mercado de trabalho, revela a persistência das desigualdades. As diferenças salariais demonstram

que a cor da pele ainda influencia na remuneração, sendo que, muitas vezes não é capacidade, merecimento ou escolaridade que determina essa diferenciação, mas sim a cor da pele.

É alarmante pensar que, mesmo 51% da população brasileira sendo composta de indivíduos negros, o preconceito e a discriminação ainda prevalecem na sociedade. Ou seja, é provável que mais da metade dos brasileiros sejam vítimas de algum tipo de discriminação ou privação em função da sua cor/raça durante sua vida.

Observando os dados apresentados, é possível afirmar que a pobreza no Brasil tem cor e gênero: mulher e negra. Isso não significa que os homens negros não sejam vítimas da discriminação, mas sim, que a mulher negra, em geral, tem uma situação econômica pior. Para tentar mudar esse quadro, a análise das condições de vida e subsistência do negro na sociedade devem pautar na identificação dos mecanismos multiplicadores das desigualdades raciais que contribuem fortemente para a ampliação das desigualdades sociais no país.

A partir daí, é preciso pensar em ações governamentais, como a ampliação de políticas afirmativas, pois sendo o negro maioria entre os pobres e extremamente pobres, ações implementadas com o intuito de transferir renda aos cidadãos mais pobres, impacta diretamente na melhora de suas condições vida dos negros.

Porém, é imprescindível a mobilização dos negros em prol da luta por seus direitos, como argumenta a terceira onda teórica (representada por Hasenbalg e Silva), pois o desenvolvimento pode até melhorar parcialmente as condições de vida do negro, mas é a mobilização que vai possibilitar a redução das disparidades sociais e econômicas e promover a igualdade entre os indivíduos independente de sua cor.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL – PORTAL BRASIL. Brasil Sem Miséria promove redução da desigualdade entre negros e pardos. Set, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/brasil-sem-miseria-promove-reducao-da-desigualdade-entre-negros-e-pardos>

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no brasil (1889-1930) Diálogos Latinoamericanos, número 010. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal Universidad Autónoma del Estado de México. 2005. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Metodologia do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2003 (Série Relatórios Metodológicos, v.

25). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf>>

_____. Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

OSORIO, R.G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. *In*: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

SILVA, T; GOES, F. L. (Org.) Igualdade Racial no Brasil: reflexões no ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013.

SOARES, S. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. *In*: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.